

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Informações gerais

A Credservice Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída por meio de assembleia geral em 04 de novembro de 2024.

O objeto social da Companhia é: social (i) securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias, securitização de direitos creditórios do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e imobiliários, bem como em direitos creditórios do agronegócio; (ii) a aquisição de créditos imobiliários, direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários; (iii) a aquisição de créditos gerados através de operações de crédito direto ao consumidor (CDC); (iv) a emissão, colocação e distribuição no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI's") e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA's"), podendo realizar a emissão e colocação de outros títulos e/ou valores mobiliários; (v) a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos, de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, especialmente à securitização de tais créditos imobiliários, de direitos creditórios do agronegócio e outros, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e outras disposições legais aplicáveis; (vi) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura e risco na sua carteira de créditos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de janeiro de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

2.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado

2.3.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado.

b) Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

2.3.3. Baixa de ativos financeiros

O tratamento contábil de transferência de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço;
- 2) Se a companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual a contraprestação recebida.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos.

2.5. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e são depreciados de acordo com as taxas mencionadas determinadas pelas normas. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienação de bens, quando ocorrido, são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas (despesas) não operacionais” na demonstração de resultado.

Ativos intangíveis adquiridos são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação e amortização são efetuadas de acordo com a vida útil de cada bem ou direito.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.7. Lucro ou prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o lucro ou prejuízo por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

2.8. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita na medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obter o controle desse ativo.

a) Receita operacional

A receita é determinada e reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência de acordo com os vencimentos da operação de securitização e dos resultados auferidos.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras.

3. Gestão de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações.

a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

4. Instrumentos financeiros por categoria

Mensurado ao custo amortizado	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Caixa e equivalente de caixa	1.052.680
Direitos creditórios a receber	347.460
Total	1.400.141
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Obrigações com debenturistas	1.371.085
Mútuos com sócios	103.509
Total	1.474.594

5. Caixa e equivalente de caixa

	2024
Caixas e bancos	
Caixas e bancos	10.002
Aplicações financeiras	1.042.678
Total	1.052.680

(i) As aplicações são em sua totalidade em compromissadas, que buscam remuneração com liquidez imediata.

6. Direitos creditórios a receber

Valores de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) geradas contra clientes de concessionárias públicas com liquidações de parcelas via contas de consumo destes tomadores de empréstimos. Essas operações são executadas por parceiro comercial e que recebemos em cessão sem coobrigação, de forma definitiva, irrevogável e irretroatável. Sua composição por ano de vencimento é a seguinte:

	Vencidas	A vencer	Total
Circulante	6.215	198.497	204.712
Não circulante			
2026		142.021	142.021
2027	-	727	727
Total	6.215	341.246	347.460

7. Tributos a recuperar

	2024
IRRF s/ aplicação financeira	2
Imposto de renda prejuízo fiscal	49.394
Contribuição social prejuízo fiscal	17.782
Total	67.178

8. Imobilizado e intangível

	2024
Móveis e Utensílios	73.903
Computadores e Periféricos	29.944
(-) Depreciação móveis e utensílios	(1.232)
(-) Depreciação computadores e periféricos	(998)
Total	101.617

As taxas de depreciação/amortização aplicável:

- Móveis e utensílios – 10% a.a;
- Computadores e periféricos – 20% a.a;

9. Obrigações com debênturistas

Data da subscrição	Qtd de debêntures	Valores R\$		
		Valor	Juros	Total
08/11/2024	1.000	1.000.000	20.815	1.020.815
06/12/2024	350	350.000	271	350.271
	1.350	1.350.000	21.085	1.371.085

Em 07 de novembro de 2024 a companhia emitiu a primeira escrituração de debêntures que visa arrecadar o total de 20.000 (vinte mil) debêntures simples não conversíveis em ações, ao preço unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimentos definidos para 2.034, podendo ser antecipado mediante formalização de pedido do detentor. A escrituração é composta de 20 séries, com número de cada série a ser alocado de acordo com a demanda.

10. Transações com partes relacionadas

2024

Mútuos a pagar	103.509
Total	103.509

A companhia possui saldo a pagar com os sócios, correspondente a custos pré-operacionais necessários a atividade da companhia em sua fase inicial.

11. Receitas Diferidas

Corresponde aos valores de deságio que foram aplicados nas CCB que recebemos em cessão, que correspondem à receita da Companhia e que será reconhecido ao resultado durante o prazo de duração das CCB.

2024

Receitas Diferidas Curto Prazo	102.088
Reconhecimento em 01/2025	12.592
Reconhecimento em 02/2025	10.685
Reconhecimento em 03/2025	11.077
Reconhecimento em 04/2025	10.013
Reconhecimento em 05/2025	9.627
Reconhecimento em 06/2025	8.645
Reconhecimento em 07/2025	8.244

	Reconhecimento em 08/2025	7.576
	Reconhecimento em 09/2025	6.708
	Reconhecimento em 10/2025	6.301
	Reconhecimento em 11/2025	5.520
	Reconhecimento em 12/2025	5.100
Receitas Diferidas Longo Prazo		25.675
	Reconhecimento em 01/2026	4.570
	Reconhecimento em 02/2026	3.714
	Reconhecimento em 03/2026	3.599
	Reconhecimento em 04/2026	3.040
	Reconhecimento em 05/2026	2.685
	Reconhecimento em 06/2026	2.189
	Reconhecimento em 07/2026	1.852
	Reconhecimento em 08/2026	1.475
	Reconhecimento em 09/2026	1.094
	Reconhecimento em 10/2026	796
	Reconhecimento em 11/2026	478
	Reconhecimento em 12/2026	166
	Reconhecimento em 01/2027	17
Total		127.763

12. Patrimônio Líquido

Em 04 de novembro de 2024 foi constituída a Companhia por meio da Ata de Assembleia Geral, cujo capital social foi de 100.000 ações ordinárias nominativas, emitidas pelo valor nominal de R\$ 1,00 cada, das quais 10.000 foram integralizadas na fase pré-operacional e o restante integralizado nos dias seguintes a sua constituição.

2024

Capital subscrito	100.000
Total	100.000

2024

	ON	%
Ricardo Laurence Tadeu Barletti	99.000	99%
Luciana de Paula Barletti	1.000	1%
Total	100.000	100%

13. Receitas líquidas

2024

Receita operacional bruta	9.948
(-) pis	(398)
(-) cofins	(65)
Total	9.485

14. Custos de captação

2024

Gestão de carteira	60.000
Taxas com emissão/registro de debêntures	6.743
Honorários advocatícios	22.000
Juros com debêntures	21.085
(-) Pis/cofins	(760)
Total	109.068

15. Despesas gerais e administrativas

2024

Energia elétrica	447
Telefonia e comunicação	877
Material de higiene e limpeza	412
Serviços prestados por terceiros	43.451
Material uso e consumo	3.003
Manutenção e reparos	2.911
Impostos, taxas e contribuições	6.819
Viagens e representações	326
Bens de pequeno valor	4.091
Material de escritório	43
Aluguel e condomínio	37.976
Depreciação e amortização	2.230
Despesas indedutíveis	3.021
Total	105.605

16. Resultado financeiro

2024

Rendimentos de aplicações financeiras	6.396
(-) Impostos s/ rendimentos	(297)
(-) Tarifa bancária	(7)
(-) Descontos concedidos	(1.430)
(-) IOF	(72)
Total	4.590

17. Eventos subsequentes

Em 22 de janeiro de 2025 ocorreu subscrição adicional de um lote de 1.000 (um mil) debêntures, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

RICARDO LAURENCE
TADEU
BARLETTI:18347385807

Assinado de forma digital por
RICARDO LAURENCE TADEU
BARLETTI:18347385807
Dados: 2025.04.15 10:43:14 -03'00'

CREDSERVICE SECURITIZADORA S.A
RICARDO LAURENCE TADEU BARLETTI
DIRETOR
CPF: 183.473.858-07

HELOISA
CORREA:057042
82970

Assinado de forma digital
por HELOISA
CORREA:05704282970
Dados: 2025.04.11 15:33:02
-03'00'

HELOISA CORREA
CONTADOR CRC: SC 044545/O-0
CPF: 057.042.829-70

* * *